

**APRESENTAÇÃO DA SÉRIE  
ASSESSORES TÉCNICOS**

São especialistas em áreas técnicas como agrônomos, analistas de projeto, administração pública etc, que assessoram os trabalhadores rurais e ou o Poder Executivo em temas específicos.

Entrevistas disponíveis até o momento:

- Francisco Graziano Neto
- Maria de Nazaré Ângelo Menezes
- Maria José (Zezé da Contag)
- Mariela Conceição Rosa
- Maurizio Ortu
- Paulo Alberto Schmidt
- Rolf Hackbart
- Sérgio Sauer

**DADOS DA ENTREVISTA:**

**ENTREVISTADO(S):** Francisco Graziano Neto

**DADOS BIOGRÁFICOS:** Coordenador político do escritório do senador Fernando Henrique Cardoso e membro do diretório nacional do PSDB. Engenheiro Agrônomo (Esalq/USP, 1974); Mestre em Economia Agrária (USP, 1977) e Doutor em Administração (FGV/SP, 1989). Secretário de Agricultura de São Paulo (1996-98), Deputado Federal pelo PSDB/SP (1998-2006); publicou os livros: *A Questão Agrária e a Ecologia* (1982), *A Tragédia da Terra* (1992), *Qual Reforma Agrária?* (1996), *O Paradoxo Agrário* (1999), *O Carma da Terra no Brasil* (2004).

**ENTREVISTADOR (ES):** Luís Fernando Colombini

**VEÍCULO DE PUBLICAÇÃO:** Revista *Veja*

**TÍTULO DA MATÉRIA:** “Reforma no brejo – Um agrônomo paulista estraçalha os números que sempre serviram para justificar a reforma agrária no Brasil”

**DATA:** 07/11/1990

**LOCAL:** Não consta

**OBSERVAÇÕES:**

**CLASSIFICAÇÃO:**

**FUNDO:** Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

**SETOR:** Entrevistas

**SÉRIE:** Assessores Técnicos

**MATERIAL:**

TIPO	CÓDIGO	NÚMERO DE PÁGINAS	DISPONIBILIDADE E PARA CONSULTA	OBS:
IMPRESSO	MSPP/en. AT.cli.gn	03 páginas	Sim	Fotocópia do periódico

**DESCRITORES:**

Assentamento rural  
Desapropriação de terra  
Distribuição de renda  
Empresa rural  
Governo Sarney (1985-1989)  
Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
Latifúndio  
Modernização da agricultura  
Pequeno agricultor  
Produção agrícola  
Reforma agrária  
Terra improdutiva  
UDR - União Democrática Ruralista  
Uso da terra

**SUMÁRIO:**

O entrevistado opina sobre a reforma agrária no Brasil; afirma que os dados e estatísticas do Incra são equivocados e ultrapassados; discorre sobre a precariedade do solo brasileiro; dá explicação sobre a definição incorreta de latifúndio; afirma que a má distribuição de terras no país é fruto da herança dos fazendeiros e é baseada em uma tradição colonial de concentração de terras; argumenta que a miséria e o conflito não derivam da extensão da terra e sim da má distribuição de renda nas empresas rurais; manifesta opinião que desapropriar terras produtivas como a de Olacyr de Moraes é um despropósito, sendo o ideal formular uma política de distribuição de renda; considera que as grandes fazendas produtivas são empresas rurais e seus trabalhadores são operários; critica o Plano Nacional de Reforma Agrária de Sarney; opina sobre a UDR; discorre sobre como deve ser feita uma reforma agrária no Brasil.

**DADOS DA ENTREVISTA:**

**ENTREVISTADO(S):** Maria de Nazaré Ângelo Menezes

**DADOS BIOGRÁFICOS:** Formada em Pedagogia e em Agronomia; Doutora em História Agrária; Consultora do PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; Diretora do NEAF – Programa de Agricultura Familiar.

**ENTREVISTADOR(ES):** Luciano Leal Almeida.

**CONTEXTO DE PRODUÇÃO:** Entrevista realizada para a pesquisa que deu origem à dissertação de mestrado de Luciano Leal Almeida, intitulada *Sindicalistas e pesquisadores na região de Marabá: uma análise do Centro Agroambiental do Tocantins (CAT)*, defendida em 2011 no Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

**DATA:** 2010

**LOCAL:** Pará

**ROTEIRO:** ( ) SIM (x) NÃO

**OBSERVAÇÕES:**

**CLASSIFICAÇÃO:**

**FUNDO:** Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

**SETOR:** Entrevistas

**SÉRIE:** Assesores técnicos

**MATERIAL:**

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7	Não há			
MP3	MSPP/en.AT. mp3.mana	00h39min	Sim	Áudio já disponível em formato digital
TRANSCRIÇÃO	MSPP/en.AT. trans.mana	10 páginas	Sim	Transcrição não literal feita pelo entrevistador

**DESCRITORES:**

Agricultor  
Articulação sindical  
Autonomia sindical  
CAT – Centro Agroambiental de Tocantins  
Cepeq – Centro de Pesquisa Econômica/UFPA  
DAZ – Desenvolvimento Amazônico (CAT/PA)  
EFA – Escola Família Agrícola  
Emater – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural  
Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
Fata – Fundação Agrária do Tocantins-Araguaia  
Finep – Financiadora de Estudos e Projetos  
Gret – Groupe de Recherche et d’Echanges Technologiques  
Henri do Ofer (diplomata francês)  
Idesp – Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental  
Jean Hébette (diretor NAEA)  
Lasat – Laboratório Sócio Agrônomo do Tocantins  
NAEA – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos  
NEAF – Programa de Agricultura Familiar  
Pronacor – Programa Nacional de Cooperativismo  
Propesp – Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação/UFPA  
Sagri – Secretaria de Agricultura do Estado do Pará  
Sindicalismo rural  
Trabalhador rural  
Transamazônica  
UFPA – Universidade Federal do Pará  
UFRA – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Vincent de Reynal (pesquisador francês)

**SUMÁRIO:**

Inicia com sua formação e trabalhos iniciais; 1976: formação em Agronomia e ida para Belém para trabalhar com cooperativismo na Emater; Início da década de 1980: mestrado em Viçosa; 1985: trabalho na Embrapa, contato com Jean Hébette e ida para o NAEA; 1986: início da discussão sobre o CAT; Diz que não possuía muito envolvimento político no período; Conta que Jean Hébette era diretor do NAEA, responsável pela pesquisa, e que tentava levar os agricultores para a CNBB; Explica que nessa época o NAEA já possuía um programa de pesquisa com os sindicalistas - CEPEQ; Conta que elaboração do CAT começa dentro do CEPEQ com apoio do GRET, grupo de pesquisadores da França; Diz que ideia surgiu do Jean Hébette e sua pesquisa junto com movimentos sociais e que a pesquisa foi ampliada a partir dos recursos obtidos da França;  
Comenta originalidade do trabalho do CAT; Situa período em que esteve no CAT; Fala sobre discussão que teve com Jean Hébette e Vincent de Reynal; 1991: quebra de vínculo com o CAT e retorno à Emater; Explica que só possui a experiência de elaboração das primeiras turmas de formação; Cita trajetória profissional posterior; Opina sobre possibilidade de troca entre sindicalistas e pesquisadores; Afirma que Jean Hébette e Vincent de Reynal contribuíram nesse

sentido; Opina sobre Vincent de Reynal: acredita que pesquisador trazia uma visão de fora para dentro, coloca diferenças culturais; Elogia importância dada por Jean Hébette e Vincent de Reynal à formação pesquisa e extensão; Explicita de onde saiu apoio institucional e financeiro para o CAT: Finep e Gret; Cita importância do contato com Henri do Ofer para o CAT; Explica como a UFPA contribuiu ao CAT; Acredita não ter havido aceitação do CAT a nível acadêmico pela UFPA; Diz que Ciências Agrárias eram características da UFRA, que visibilidade do setor na UFPA foi construída com o NAEA e o CAT; Acha que CAT possuía mais visibilidade no exterior do que no país; Expõe objetivos do CAT na região: aproximação da rotina de campo à Academia; Construção do conhecimento para o desenvolvimento da região; Cita texto construído com Vincent de Reynal sobre formação dos saberes dos agricultores; Explica que todo processo do CAT foi tecnológico; Comenta parcerias do CAT: Emater, Embrapa, Idesp, UFRA; Diz que havia técnicos dentro dessas instituições com maior e menor afinidade com o programa e exemplifica com Curso de Mestrado em Agriculturas Familiares dados pela Embrapa; Fala sobre visibilidade conquistada pelo CAT; Diz que não chegou a participar das reuniões da Fata; Conta como ocorriam as reuniões: local, pessoas envolvidas ; Comenta sobre figuras de liderança; Fala sobre formação de figuras de lideranças favorecidas pelo capital cultural e conhecimento; Conta que até 1991 não havia divergências entre pesquisadores e sindicalistas, mas que, posteriormente, ocorre uma mudança na correlação de forças; Diz que Jean Hébette dava elementos para os sindicalistas se soltarem e estarem preparados para um embate; Acredita que Jean Hébette construiu uma autonomia sindical na região; Diz que sindicalistas contribuíram no trabalho de pesquisa do Lasat, que relação se dava diretamente; Fala sobre diferenças de visões do NAEA e do CAT e sobre respeito que tinha pela atuação de Jean Hébette; Afirma que CAT não teria iniciado sem a figura central de Jean Hébette e que não é possível desligar um do outro; Questiona período de poder de Jean Hébette e desestruturação desse poder; Dá a entender que movimento de descentralização era esperado por Jean Hébette; Comenta sobre processo de fim do CAT: convênio com a UFPA, período de duração do programa, atuação da Fata recentemente; Comenta sobre resultado do CAT, fala sobre dinâmica atual na região; Opina sobre retorno da experiência para a UFPA: reconhecimento externo; Diz que existe uma confusão de papéis entre CAT e Jean Hébette; Comenta visibilidade do CAT atingida; Diz que experiência do CAT só poderia ter acontecido naquele momento, com os elementos e contexto social de então; Diz que se situava na equipe de formação, de especialização; Diferencia trabalho realizado pelo Lasat e pelo DAZ; Fala que professores que atuam nos dias de hoje no NEAF foram formados pelo Lasat dentro do CAT; Explicita formação do CAT: o Lasat, a Fata; Afirma que NEAF é reflexo do trabalho do CAT.

NÚCLEO DE PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA SOBRE  
MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO  
CPDA/UFRRJ

**DADOS DA ENTREVISTA:**

**ENTREVISTADO(S):** Maria José (Zezé da Contag)

**DADOS BIOGRÁFICOS:** Secretária de Política Fundiária da Contag

**ENTREVISTADOR(ES):** Rosangela Pezza Cintrão (Bibi)

**CONTEXTO DE PRODUÇÃO:** Entrevista realizada para a pesquisa “Reforma do Estado: instâncias, conflitos e atores. O lugar dos trabalhadores rurais”. Financiamento: Capes.

**DATA:** 12/1997

**LOCAL:** Brasília, DF

**ROTEIRO:** ( ) SIM ( x ) NÃO

**OBSERVAÇÕES:** Todo áudio correspondente a esta entrevista está localizado na fita MSPP/en.AT.k7.ss, com o entrevistado Sérgio Sauer, na sua parte final. Durante o procedimento de digitalização, as entrevistas foram separadas.

**CLASSIFICAÇÃO:**

**FUNDO:** Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

**SETOR:** Entrevistas

**SÉRIE:** Assessores Técnicos

**MATERIAL:**

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7	Msp/en. AT.k7.ss	00h34min	Não	A entrevista começa aos 25min na fita onde está a entrevista com Sergio Sauer
MP3	Msp/en. AT.mp3.zez	00h34min	Sim	Lados A e B reunidos em única faixa em formato MP3/320kbps
TRANSCRIÇÃO	Msp/en. AT.res.zez	01 página	Sim	Resumo da entrevista

**DESCRITORES:**

Assentamento rural  
Capacitação técnica  
Contag - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura  
Desapropriação de terras  
Governo Sarney (1985-1989)  
Incra - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
Ocupação de terras  
Processo de desapropriação  
Reforma agrária  
STR – Sindicato de trabalhadores rurais

**SUMÁRIO:**

Fita 1 lado A - (aos 25 min): fala sobre seu trabalho pela Contag no Incra, que envolve os trâmites de desapropriação de terras a partir de ocupações; comenta sobre as artimanhas dos proprietários de terra para evitar e/ou travar o processo de vistoria e desapropriação de terras; refere-se à influência de políticos no processo de desapropriação de terras.

Fita 1 lado B - Fala sobre como caminha o processo de desapropriação no Incra; refere-se à necessidade de capacitar os técnicos do Incra; fala sobre os trâmites de um processo de reforma agrária e a proposta de “desconcentração” dos processos administrativos no Incra; comenta as relações de poder nas instâncias do Incra; avalia como é o acesso dos trabalhadores aos processos; apresenta as fases administrativas e judiciais do processo de desapropriação.



NÚCLEO DE PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA SOBRE  
MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO  
CPDA/UFRRJ

**DADOS DA ENTREVISTA:**

**ENTREVISTADO(S):** Mariela Conceição Rosa

**DADOS BIOGRÁFICOS:** Agrônoma da Emater – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - RJ.

**ENTREVISTADOR (ES):** Leonilde Servolo de Medeiros

**CONTEXTO DE PRODUÇÃO:** Entrevista realizada para a pesquisa “Impactos Regionais dos Assentamentos Rurais. Dimensões econômicas, políticas e sociais”, coordenada por Leonilde Medeiros e Sérgio Pereira Leite e financiada pela Finep – Financiadora de Estudos e Pesquisas.

**DATA:** 1999

**LOCAL:** Nova Iguaçu, RJ.

**ROTEIRO:** ( ) SIM ( x ) NÃO

**OBSERVAÇÕES:**

**CLASSIFICAÇÃO:**

**FUNDO:** Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

**SETOR:** Entrevistas

**SÉRIE:** Assessores Técnicos

**MATERIAL:**

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7	MSPP/en. AT.K7.mcr	02 Fitas K7 / 60min	Não	Fitas em bom estado físico. Áudio regular, com ruído.
MP3	MSPP/en. AT.mp3.mcr	01h15min	Sim	Fitas 1 e 2 reunidos em única faixa em formato MP3/320kbps.
TRANSCRIÇÃO	MSPP/en. AT.trans.mcr	16 páginas	Sim	Digitada

**DESCRITORES:**

**Acra - Associazione di Cooperazione Rurale in Africa e America Latina.**  
**Assentamento Campo Alegre (Nova Iguaçu/Queimados, RJ)**  
**Associação Rural**  
**Baixada Fluminense**  
**CAF - Comissão de Assuntos Fundiários (RJ)**  
**Cáritas Brasileira**  
**Ceasa/RJ - Centrais de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro**  
**CPT - Comissão Pastoral da Terra**  
**Emater - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural**  
**Embrapa - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária**  
**Fazenda Morro Grande (Miguel Pereira, RJ)**  
**Finsocial - Fundo de Investimento Social**  
**Governo Moreira Franco (1987-1991)**  
**Igreja Católica**  
**João Bastos (liderança)**  
**Laerte Bastos (liderança)**  
**MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens**  
**Ministério das Relações Exteriores**  
**MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**  
**Mutirão**  
**Parque Estoril (Nova Iguaçu, RJ)**  
**PDT- Partido Democrático Trabalhista**  
**Pesagro - Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio De Janeiro**  
**Procera - Programa de Crédito Especial Para Reforma Agrária**  
**PT - Partido dos Trabalhadores**  
**Seaf - Secretaria de Habitação e Trabalho (RJ)**  
**STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais**

**SUMÁRIO:**

**Fita 1 Lado A: fala sobre a ocupação de Campo Alegre e a organização do acampamento; trata da relação com a CAF; discorre sobre o histórico de insegurança do local e por isso a necessidade das ações em mutirão; fala sobre a pluralidade de origem dos ocupantes; conta sobre as lideranças e disputas internas em relação a Laerte Bastos e João Bastos; discorre sobre as denúncias de mau uso do dinheiro da associação e critérios próprios para a delimitação dos lotes; fala sobre as dificuldades de manutenção dos lotes; fala sobre a fundação das associações e do seu contexto; comenta sobre os STRs e acusações de desvios de recursos; discorre sobre as organizações que atuavam em Campo Alegre; apresenta a origem do STR de Nova Iguaçu e a relação com os urbanos e com João Bastos; volta a falar sobre a ocupação; comenta sobre a organização da área de Marapicu que se contrapunha às relações de comando interno em Campo Alegre; enfatiza os critérios para divisão dos lotes que eram próprios de Campo Alegre; fala sobre a relação com o governo do estado; fala sobre a produção; analisa a questão do individualismo e da organização coletiva.**

Fita 1 Lado b: discorre sobre a CAF e a relação com o governo do estado que descumpria os acordos estabelecidos; fala sobre as dificuldades de escoar a produção local; apresenta as deficiências da gestão estatal para a produção e sua falta de planejamento; discorre sobre a formação de lideranças; volta a falar sobre a violência no local; apresenta as diferentes relações dos governos estaduais, Brizola e Moreira Franco, na política de reforma agrária; fala sobre a inserção da ONG Italiana (Acra) na área; fala sobre a produção e seus limites; analisa a política de reforma agrária, esvaziada por conta da imagem de um lugar de veraneio e não de produção; analisa as eleições de 1982 e 1987; fala sobre a regularização dos lotes e as dificuldades encontradas para tal; volta a discorrer sobre as lideranças locais; fala sobre a extração e comércio de areia; analisa as lideranças e renovação destas; entende Campo Alegre como um marco da política de assentamento e fala do impacto deste na região (Baixada Fluminense); fala sobre a repercussão de Campo Alegre na organização da luta pela terra na Baixada; fala sobre a permanência e evasão das ocupações; comenta sobre a Igreja no processo de organização de Campo Alegre; fala sobre a influência da Igreja Evangélica hoje.

**DADOS DA ENTREVISTA:**

**ENTREVISTADO(S):** Maurizio Ortu

**DADOS BIOGRÁFICOS:** Chegou a Campo Alegre para coordenar um projeto de cooperação para a produção dos assentados como representante da ACRA - *Associazione di Cooperazione Rurale in Africa e America Latina*; nasceu na Itália.

**ENTREVISTADOR (ES):** Leonilde Servolo Medeiros

**CONTEXTO DE PRODUÇÃO:** Entrevista realizada para a pesquisa “Impactos Regionais dos Assentamentos Rurais: dimensões econômicas, políticas e sociais”, coordenada por Leonilde Medeiros e Sérgio Pereira Leite e financiada pela Finep - Financiadora de Estudos e Pesquisas.

**DATA:** 11/12/1998

**LOCAL:** Não consta

**ROTEIRO:** ( ) SIM (x) NÃO

**OBSERVAÇÕES:**

**CLASSIFICAÇÃO:**

**FUNDO:** Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

**SETOR:** Entrevistas

**SÉRIE:** Assessores Técnicos

**MATERIAL:**

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7	Não há			
MP3	Não há			
TRANSCRIÇÃO	MSPP/en. AT.trans.mzo	21 páginas	Sim	Digitada

**DESCRITORES:**

***Acra - Associazione di Cooperazione Rurale in Africa e America Latina.***

**Assentamento Campo Alegre (Duque de Caxias/Queimados,RJ)**

**Assentamento rural**

**CAF – Comissão Assuntos Fundiários (RJ)**

**CPT - Comissão Pastoral da Terra**

**Fazenda Nova Aurora (Belfort Roxo, RJ)**

**Governo Brizola (1983-1987)**

**Governo Moreira Franco (1987-1991)**

**Igreja Católica**

**Laerte Bastos (liderança)**

**Marapicu (Nova Iguaçu/RJ)**

**Ocupação de terra**

**Padre Geraldo (CPT)**

**PDT – Partido Democrático Trabalhista**

**PT – Partido dos Trabalhadores**

**SUMÁRIO:**

**Fita 1 - Discorre sobre as relações da Associação de Campo Alegre com a Igreja, em especial com missionários italianos; fala das disputas internas que dificultavam a organização e distribuição dos lotes em Campo Alegre; explicita as dificuldades em organizar a produção e manter vínculos comunitários; fala da evasão dos ocupantes frente às dificuldades para produzir; cita as referências e lideranças políticas do local, seus limites e embates; trata da questão *mutirão versus* associação; fala do início da implementação das associações e sua relação com a política de assentamento no estado.**

**Fita 2 - Aponta as dificuldades em implementar um trabalho coletivo no assentamento; discorre sobre os entraves políticos e as lideranças locais; denuncia o mau uso da associação e da cooperativa para interesses particulares e políticos; fala da região de Marapicu e a diferença produtiva da área; fala da relação do assentamento com o governo do estado; comenta a relação com os missionários cristãos e Igreja; discorre sobre a possibilidade de desenvolvimento da produção e de todo o processo em Campo Alegre.**

**DADOS DA ENTREVISTA:**

**ENTREVISTADO(S):** Paulo Alberto Schmidt

**DADOS BIográficos:** Formado em Engenharia e Arquitetura, sua trajetória política e profissional é marcada pela relação com Leonel Brizola. Atuou primeiramente nas políticas educacionais, nas habitacionais e por fim nas políticas de reforma agrária no governo Brizola. Acompanhou o processo de assentamentos relevantes para a história fundiária do Rio Grande do Sul. Foi responsável pelos assuntos fundiários quando Brizola foi governador do Rio de Janeiro.

**ENTREVISTADOR(ES):** Victor de Araújo Novicki

**CONTEXTO DE PRODUÇÃO:** A entrevista foi feita para colher dados para a dissertação de Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade/UFRRJ, de autoria de Victor de Araújo Novicki. Título: *O Estado e a luta pela terra no Rio de Janeiro: primeiro governo Brizola (1983 - 1987)*, Ano de Obtenção do título: 1993

**DATA:** 08/02/1991

**LOCAL:** Rio de Janeiro, RJ

**ROTEIRO:** ( ) SIM (x) NÃO

**OBSERVAÇÕES:** Há no acervo outra entrevista com Paulo Alberto Schmidt: MSPP/en.MI.mp3pasc

**CLASSIFICAÇÃO:**

**FUNDO:** Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

**SETOR:** Entrevistas

**SÉRIE:** Assessores Técnicos

**MATERIAL:**

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7	MSPP/en.AT k7.pasc2	03 fitas K7/60min	Não	
MP3	MSPP/en.AT mp3.pasc2	02h47min	Sim	Áudio já disponível em formato digital
TRANSCRIÇÃO	Não há			

**DESCRITORES:**

Baixada Fluminense (RJ)  
Comissão de Assuntos Fundiários (RJ)  
CPT – Comissão Pastoral da Terra  
Ditadura militar (1964-1985)  
Governo João Goulart (1961 – 1964)  
Governo Leonel Brizola (Estado de RS, 1959-1963)  
Governo Leonel Brizola (Estado do RJ, 1983-1987)  
Governo Moreira Franco (Estado do RJ, 1987-1991)  
Grilagem  
Igra – Instituto Gaúcho de Reforma Agrária  
Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
Oligarquia  
Luta pela terra  
PC do B – Partido Comunista do Brasil  
PDT – Partido Democrático Trabalhista  
Posseiro  
PT – Partido dos Trabalhadores  
Questão agrária  
Reforma agrária  
Rio de Janeiro  
Rio Grande do Sul  
Secretaria de Assuntos Fundiários (RJ)  
Supra – Superintendência de Política Agrária  
UDR – União Democrática Ruralista

**SUMÁRIO:**

Fita 1, Lado A – Conta sobre sua relação com o Rio de Janeiro; fala sobre contato com o Leonel Brizola no Rio Grande do Sul e seu trabalho na questão fundiária naquele estado; conta que dirigiu o primeiro órgão sobre problemas fundiários no RS, a Comissão Estadual de Terras e Habitação; fala sobre criação deste órgão e sua finalidade, assim como os problemas levantados por ele; explica contexto do aparecimento do Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (Igra) e seus objetivos; compara situação agrária na década de 1960 com a de 1990; conta que dirigiu o Igra até 1963, quando foi trabalhar na Supra; fala sobre aparecimento da Supra, criação, finalidade e dificuldades de ação; fala sobre atuação no Departamento de Colonização e Migrações Internas da Supra; explica como foi convidado por Leonel Brizola para a Secretaria de Assuntos Fundiários; afirma e explica porque o problema fundiário no Rio de Janeiro é diferenciado de qualquer problema fundiário no Brasil; afirma e exemplifica porque não se soluciona problema urbano sem solucionar problema rural; explica o que é desapropriação de terra; exemplifica problema fundiário no Rio de Janeiro; explica possibilidade de transformar o Rio de Janeiro em auto-sustentável se hipoteticamente fosse levado 60 mil famílias para assentamentos assistidos; fala sobre sua nomeação para presidente da Seagro – braço executivo da Secretaria de Assuntos Fundiários; fala sobre cooperação entre a Seagro, a Secretaria de Assuntos Fundiários e a Secretaria de Planejamento; conta sobre trabalho na Secretaria de Assuntos Fundiários e apoio do governador;

Opina porque não houve a criação de um instituto de terras no período e que a Secretaria de Agricultura no estado do Rio de Janeiro não possuía a melhor ação; afirma que quem possui o poder de produção no Brasil, possui o poder da riqueza do país; diz que esse poder é mantido por uma oligarquia rural de muitos anos; atrela esse poder ao esvaziamento das secretarias de Agricultura em geral no Brasil.

Fita 1, Lado B – Justifica a não criação de um instituto de terras no estado do Rio de Janeiro; explica estrutura de trabalho da Seagro: empresa pública praticamente falida, com condições totais de desenvolvimento, com acervo de máquinas sucateadas, quadro técnico insuficiente; explica que exceções no quadro pessoal do Seagro foram suficientes para desenvolvimento do trabalho; explica estrutura de trabalho da secretaria de Assuntos Fundiários: departamento jurídico precário; cita apoios que teve no período; explica que não se entende assunto de terra sem apoio jurídico; fala sobre criação das discriminatórias de terras públicas e sua importância; explica o que são terras devolutas e o que era a lei de terras; afirma que existem terras devolutas no estado Rio; cita área em Engenho de Dentro identificada para fins de discriminação;

Comenta sobre profissionais do CAF (Comissão de Assuntos Fundiários) – agrônomos, advogados; entrevistador coloca a questão da dupla militância: pessoal que trabalhava no estado e com os movimentos sociais; entrevistado fala sobre conversa que teve com Brizola sobre disputa interna com fins eleitorais na Secretaria de Assuntos Fundiários; afirma que, do período em que assumiu até o momento em que saiu, coibiu ao máximo o aliciamento político por meio das atividades da Secretaria;

Entrevistador conta que em outras entrevistas foi colocado que Paulo Schmidt trouxe dois fatores para a Secretaria: formalização de uma estrutura e o conhecimento agrícola (desenvolvimento do assentamento); entrevistador fala também sobre crítica que escutou: problema do urbano e do rural – preocupação foi maior com a questão rural; entrevistado concorda com a crítica feita; afirma que sua preocupação é resolver os problemas fundiários; diz que esses se refletem nos assuntos econômicos; explica consequências do êxodo rural; critica política de construção habitacional do BNH nas grandes metrópoles; explica sua ênfase na reforma agrária; fala sobre enfoque na reforma agrária do governo Brizola; opina sobre aparecimento da UDR.

Fita 2, Lado A – Fala sobre relação entre o movimento sindical e o governo Brizola no Rio de Janeiro; conta sobre seu primeiro contato com a Fetag/RJ; afirma que bom relacionamento não quer dizer atrelamento, mas diálogo e discussão; questiona resistência do PT e do PCdoB a qualquer tipo de atividade da Secretaria; cita exemplos sobre isto; afirma que as várias correntes existentes dos movimentos sociais e dos grupos de assentados não conseguiam chegar a uma reivindicação comum; cita caso de assessoramento da CPT em ocupações de terra mal feitas; afirma que não está discordando/criticando a CPT na pressão legítima pela organização do sem terra na luta pela terra; afirma que a CPT defendeu uma bandeira levantada pelo PDT: diz que o golpe militar estabeleceu um lapso no movimento dos sem terra; fala que o movimento dos sem terra é natural, existe desde sempre; explica que é necessário aceitar todos os movimentos mesmo que aparentemente não estejam convencidos ao que é reconhecido como lei; fala sobre necessidade de utilizar pressões de maneira que não criem grupos como a UDR e sim para gerar lei que beneficiem e legitimem essas pressões; opina que trabalho da CPT, depois de 1964, foi o que surgiu de melhor no país, mas afirma que ações e assessorias mal instruídas põem em risco vidas de crianças; cita exemplo mal sucedido de invasão em universidade federal; opina que Fetag era “levada” pelos movimentos; diz que lideranças se formam através da luta; fala que governos elegem “pelegos” dos movimentos, que acabam



sendo identificados com lutas que eles de fato não representam; diferencia “pelegos de boa fé” de “pelegos de má fé”; fala sobre legitimidade das lideranças dos movimentos;

Fita 2, Lado B – Explica que Secretaria de Assuntos Fundiários acompanhou a força dos movimentos e conseguiu trabalhar em sintonia; entrevistador fala sobre críticas levantadas na pesquisa sobre atuação do governo: sindicatos afirmaram que, ao incentivar a criação de associações, o Estado levou ao esvaziamento do movimento sindical no Rio de Janeiro; entrevistado defende que se as associações iam diretamente a Secretaria sem se remeter ao sindicato foi por incompetência; afirma ausência de sintonia de ação dos sindicatos; no que se refere ao MST, afirmou que, ao atender as demandas do mutirão, o Estado desmobilizou o movimento; críticas a forma como o estado providenciava suprimentos ao mutirão; entrevistado afirma que o sindicalismo não era legítimo; explica que, se fosse, as reivindicações viriam através dele; opina que se havia alguma discordância na forma de atuação da Secretaria, que deveria ter sido dito naquela época; afirma que o governo Brizola se relacionou diretamente com as pessoas que reivindicavam; afirma que não havia intermediários; questiona onde estavam os sindicatos; afirma desconhecimento da liderança sobre o que acontecia no assentamento; explica que em cada assentamento existia um técnico orientando o que plantar, como plantar, que tipo de agricultura fazer e porque fazer; fala que não existia a ideia de “dar”, explica que o que era recebido, era debitado para que mais tarde devolvesse; diz que nada foi dado, que não havia um sentido de paternalismo, pois entendiam que a reforma agrária é uma questão do desenvolvimento social; faz críticas ao governo Moreira Franco quanto à questão fundiária; fala sobre relação entre governo Brizola e a esfera federal via Incra; afirma que a permuta de informações (técnicas) era tranquila; explica que relacionamento com o Incra regional foi excelente; responde que houve procura do repasse de verbas pelo Incra, mas comenta dificuldade de processamento do pedido em Brasília; cita casos que mostram a troca entre Estado do Rio e Brasília; reafirma que relacionamento com a esfera federal foi o melhor possível; opina que o Estatuto da Terra é um contrasenso; fala sobre dois momentos de discussão dessa lei: durante governo de Castelo Branco e no governo de Sarney.

Fita 3, Lado A – Fala sobre impossibilidade de efetivação do Estatuto da Terra; opina porque Brizola não fala sobre o que fez na questão agrária durante campanha eleitoral no Rio de Janeiro; fala sobre assentamentos no Rio de Janeiro durante governo Brizola; fala sobre criação da CAF subordinada à Secretaria de Justiça; retoma apoio aos movimentos sociais em detrimento dos sindicatos; critica atuação dos sindicatos; cita criação da Secretaria de Assuntos Fundiários; fala sobre ação de grilagem em grandes áreas no Rio de Janeiro; cita caso de assentamento de Campo Alegre em Nova Iguaçu; fala sobre assentamento em Paracambi; fala sobre permanência de elementos do PT e do PC do B nos assentamentos; explica papel desses elementos; fala sobre assentamentos em áreas do estado: Valença (Fazenda da Conquista); entrevistador fala sobre tentativa da CPT em desenvolver os coletivos (roças comunitárias) em Campo Alegre; entrevistado fala sobre tentativa de propor esses coletivos em Valença; fala sobre benefícios das agrovilas; opina sobre uso de zoneamentos nos assentamentos; explica que grupos políticos são xenófobos e não conseguem se unir com o Estado para escolher os membros dele; afirma que Brizola é combatido porque não é xenófobo; retoma discussão sobre assentamentos no Rio de Janeiro; defende o retorno da população para o campo: necessidade de “desafogar” a cidade; cita assentamentos em Guaratiba e Magé; fala sobre decreto do governador Brizola que declarava como de utilidade pública 31 áreas; fala sobre criação do núcleo de regularização de loteamentos na Procuradoria do Estado; cita quantitativos de legalização de lotes urbanos; fala atuação da Defensoria Pública para

manutenção de famílias na área rural; cita quantitativos de famílias beneficiadas no governo Brizola tanto na área rural quanto na urbana.

Fita 3, Lado B – Diz que heranças das apropriações não eram para Moreira Franco, mas para o próprio PDT, que perdeu as eleições; fala sobre intenções do PDT com a reeleição que não aconteceu; critica prioridades do governo Moreira Franco; fala sobre possibilidade de ter todo o estoque de terra necessário para assentar as pessoas; diz que reforma agrária é uma decorrência de política agrícola agrária; explica necessidade da fixação do homem do campo no campo; fala sobre necessidade do retorno do homem ao campo; fala sobre regularização de posse e conceitos de posse e posseiro; afirma que titulação aumenta produtividade do posseiro – função social da posse; defende um cadastro permanente de agricultores sem terra; defende taxa de proprietários de grandes áreas rurais, a democratização do crédito rural e o incentivo a policultura; fala sobre estruturas para o pequeno agricultor se manter na terra.

**DADOS DA ENTREVISTA:**

**ENTREVISTADO(S):** Rolf Hackbart

**DADOS BIOGRÁFICOS:** De 1991 a março de 2000, foi assessor parlamentar da bancada do PT na Câmara dos Deputados. Foi também assessor de Aloísio Mercadante até ser escolhido para a presidência do Incra em 2003, onde esteve até abril de 2011.

**ENTREVISTADOR (ES):** Leonilde Servolo de Medeiros

**CONTEXTO DE PRODUÇÃO:** Entrevista realizada para a pesquisa “Reforma do Estado: instâncias, conflitos e atores. O lugar dos trabalhadores rurais”. Financiamento: Capes. 1997-1998.

**DATA:** 12/1997

**LOCAL:** Câmara dos Deputados, Brasília, DF

**ROTEIRO:** ( ) SIM (x) NÃO

**OBSERVAÇÕES:**

**CLASSIFICAÇÃO:**

**FUNDO:** Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

**SETOR:** Entrevistas

**SÉRIE:** Assesores Técnicos

**MATERIAL:**

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7	MSPP/en. AT.k7.rh2	02 Fitas K7 / 60 min0	Não	Fitas em bom estado físico e sonoro. Há outras entrevistas, com diferentes entrevistados, gravadas nas fitas originais.
MP3	MSPP/en. AT.mp3.rh2	01h12min	Sim	Trechos correspondentes à entrevista reunidos em única faixa de formato MP3/320kbps
TRANSCRIÇÃO	MSPP/en. AT.res.rh2	04 páginas	Sim	Resumo elaborado pela pesquisadora

**DESCRITORES:**

Adão Preto (deputado federal)  
Antonio Carlos Magalhães (deputado federal)  
Bahia  
Bancada Ruralista  
Banco Mundial  
Cadastro Nacional dos Sem Terra  
Cetap - Centro de Tecnologias Alternativas Populares  
Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados  
Congresso Nacional  
Conselhos Municipais  
Contag – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura  
Controle social  
Credito fundiário  
Desapropriação de terras  
Eduardo Suplicy (Senador)  
Governo FHC (1995-1998)  
Incrá – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
ITR – Imposto Territorial Rural  
Latifúndio  
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias  
Mídia e poder  
MPF – Ministério Público Federal  
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
Núcleo Agrário (PT)  
Padre Roque (PTB-PR)  
Pedro Wilson (PT)  
Política fundiária  
Procera - Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária  
Programa Cédula da Terra  
Raul Belens Jungmann Pinto (ministro do MDA)  
TFP – Tradição Família e Propriedade  
Valdeci Oliveira (PT-RS)  
Valdomiro Fioravante (PT-RS)  
Varas agrárias

**SUMÁRIO:**

Fala sobre o campo de lutas da reforma agrária: latifúndio, trabalhadores, Judiciário, sindicatos e Incra; comenta sobre a reforma agrária na esfera do Legislativo; analisa a proposta de municipalização e descentralização dos assentamentos; aponta questões sobre a emancipação e autonomia dos assentamentos; fala sobre a equação assentamentos e regularização fundiária que é feita no Incra; apresenta a proposta do PT de descentralização dos assentamentos; analisa a organização MST, bem como sua relação com Brasília, funcionários do Incra e o Congresso; fala sobre correlação de forças no Congresso Nacional em relação à reforma agrária; refere-se à autonomia dos movimentos sociais e sindical para negociar pautas; fala

NÚCLEO DE PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA SOBRE  
MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO  
CPDA/UFRRJ

sobre o espaço dos movimentos sociais nos meios de comunicação; aponta quais são os ganhos reais da luta neste momento; apresenta os participantes do Núcleo Agrário do PT; trata de questões referentes à instituições como o Ministério Público Federal, Ministério da Agricultura e Inbra; avalia ações dos movimentos sociais e sua pauta política na mídia; aponta contradições dos congressistas entre a política defendida no congresso e a relação com assentamentos; finaliza tratando da Bancada Ruralista, a importância das audiências públicas e do orçamento do Inbra.



NÚCLEO DE PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA SOBRE  
MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO  
CPDA/UFRRJ

**DADOS DA ENTREVISTA:**

**ENTREVISTADO(S):** Sérgio Sauer

**DADOS BIOGRÁFICOS:** Assessor da Contag – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - em assuntos fundiários; foi coordenador da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

**ENTREVISTADOR (ES):** Leonilde de Servolo Medeiros

**CONTEXTO DE PRODUÇÃO:** Entrevista realizada para a pesquisa “Reforma do Estado: instâncias, conflitos e atores. O lugar dos trabalhadores rurais”. Financiamento: Capes. 1997-1998.

**DATA:** 12/1997

**LOCAL:** Contag, Brasília, DF.

**ROTEIRO:** ( ) SIM (x) NÃO

**OBSERVAÇÕES:** Zezé, assessora da Contag, faz contribuições ao longo da entrevista.

**CLASSIFICAÇÃO:**

**FUNDO:** Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo

**SETOR:** Entrevistas

**SÉRIE:** Assessores Técnicos

**MATERIAL:**

TIPO	CÓDIGO	QUANTIDADE/ TEMPO DE DURAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA CONSULTA	OBS:
FITA K7	MSPP/en. AT.k7.ss	02 Fitas K7 / 60 min	Não	Fitas em bom estado físico e sonoro. Há outra entrevista, com diferente entrevistado, gravada na segunda fita
MP3	MSPP/en. AT.mp3.ss	02h26min	Sim	Trechos correspondentes à entrevista reunidos em única faixa de formato MP3/320kbps
TRANSCRIÇÃO	MSPP/en. AT.res.ss	03 páginas	Sim	Resumo digitado e elaborado pela entrevistadora

**DESCRITORES:**

Contag – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura  
Governo FHC (1995-1998)  
Grito da Terra Brasil  
Igreja Católica  
Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
Marabá (PA)  
Milton Seligman (presidente Incra)  
MCC - Movimento Camponês de Corumbiara  
MLST – Movimento de Libertação dos Sem Terra  
MLT - Movimento de Luta pela Terra  
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra  
MSTR - Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais  
Ocupação de terra  
PCT – Programa Cédula da Terra  
Poder Judiciário  
Procera – Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária  
Processo de desapropriação  
Programa Comunidade Solidária  
Projeto Lumiar (Incra)  
Raul Belens Jungmann Pinto (ministro MDA)  
UDR – União Democrática Ruralista  
Violência no campo

**SUMÁRIO:**

Avalia o “pacote de junho”; fala sobre o atendimento do governo a uma série de reivindicações da Contag, principalmente em relação ao Grito da Terra; critica a vistoria das terras ocupadas; critica a postura do governo FHC por tentar ser “o único ator no processo de reforma agrária”; critica a estrutura descentralizada do Incra e afirma que este modelo não é necessariamente democrático; aponta a falta de técnicos e de mínima infraestrutura dos Incras regionais; discorre sobre a dependência da Contag; fala sobre a possibilidade da criação de Conselhos no Incra, para abrir à participação popular e critica seu caráter apenas consultivo; fala sobre os impactos do Grito da Terra na relação da Contag com o governo e o Incra; afirma que grande parte dos diálogos estabelecidos são forçados através de ocupações; fala sobre as mobilizações do Contag para a retirada de superintendentes do Incra; explica a importância dos superintendentes e dos problemas políticos por trás de suas indicações; fala sobre as disputas internas que se travam no Incra, entre grupos progressistas e aqueles resistentes à descentralização; fala sobre a oposição da Contag ao projeto Cédula da Terra; afirma que o acesso à informações sobre processos dentro do Incra é fácil, mas que depende de relações pessoais; afirma que os Gritos e Marchas projetaram-se como canais de negociação entre os movimentos sociais e o Incra; cita as negociações do MST; afirma que ocupar o próprio Incra gera negociações institucionais; fala da relação da Contag e MST com os órgãos públicos e, em especial, com os ministros Jungman e Seligman; afirma que os canais institucionais estão “relativamente abertos”; fala da reivindicação da Contag pela criação de um Ministério de Política Fundiária; aponta os prós e contras do Governo FHC em relação à questão agrária; fala

NÚCLEO DE PESQUISA, DOCUMENTAÇÃO E REFERÊNCIA SOBRE  
MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO  
CPDA/UFRRJ

sobre o projeto Lumiar e o desfalque no Procera; conta que a Contag pouco sabe sobre as políticas de desapropriação; fala sobre o Programa Comunidade Solidária e a resistência do Movimento a ele; fala sobre a disputa de espaço entre Jungman e Seligman; afirma que o MST tornou-se o símbolo da luta pela terra, comparando com o MSTR; fala sobre o surgimento de outros movimentos sociais como MLT, MCC e MLST; discorre acerca do preço da terra e a crise do setor agrícola; conta que havia, então, uma reconfiguração da UDR através do ressurgimento dos coronéis; afirma que a Contag não têm assessoria parlamentar; fala sobre a lentidão do Judiciário; afirma que a Contag vai ao Incra por cobrança dos trabalhadores; fala sobre os problemas com proprietários e partidos políticos que influenciam a política do Incra.